

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Dia

Class.: Terra / Demarcação

Data: 29/04/94

Pg.: 305

¹⁹⁰Falta de recursos prejudica demarcação de áreas indígenas

Brasília, (Agência Brasil - ABR) - A falta de recursos orçamentários para demarcação das terras indígenas foi reconhecida, pelo Ministro da Justiça, Alexandre Dupeyrat numa audiência pública promovida pela Comissão de Minorias da Câmara dos Deputados, a que compareceram também o subprocurador-geral da República, Aurélio Virgílio Veiga Rios, o presidente da Funai, Dinarte Madeiro, e os líderes das comunidades indígenas.

O Ministro da Justiça lembrou que o prazo constitucional, de cinco anos, para a completa demarcação das terras indígenas acabou sem que o processo tenha sido concluído.

"Isso se deve basicamente a escassez de recursos orçamentários, com a gravante que o orçamento geral da União de 94 ainda não foi votado", afirmou o Ministro, lembrando que "no atual governo teremos dificuldades nessa área".

O presidente da Funai, Di-

narte Madeiro, afirmou que nos últimos cinco anos "faltou vontade política do governo para que fossem alocados recursos para demarcação de terras". Ele disse que o total das verbas pedidas pela Funai ao Ministério da Fazenda, em 1989, apenas 59 por cento foram liberados em 90, sete por cento em 91, 15 por cento em 92, quatro por cento, e, em 93, nove por cento.

Segundo Madeiro, este ano a Funai solicitou US\$ 42 milhões para concluir todo o processo, mas o Ministério somente incluiu cinco por cento dos recursos no Orçamento Geral da União.

O subprocurador-geral da República, Aurélio Virgílio Veiga Rios, lembrou que em 6 de outubro de 93, quando acabou o prazo constitucional para demarcação das reservas, a Procuradoria abriu inquérito para apurar as responsabilidades sobre o não cumprimento do preceito constitucional. "Hoje - disse - não seria recomendável saber quem é o responsável

pela falta de recursos, mas de que forma se pode retomar o processo de demarcação".

Os indígenas José Adalberto, líder Macuxi, e Darcy, líder Marubo, concordaram com as ponderações do Ministro da Justiça sobre a falta de recursos, e com os argumentos do presidente da Funai sobre a falta de vontade política para alocação de recursos. Eles afirmaram que, hoje, os índios "impedem o roubo de seu patrimônio com o uso de forças próprias". Os líderes indígenas reclamam ainda da falta de assistência a Saúde, a Educação e as atividades produtivas nas aldeias, inclusive nas que já foram demarcadas.

Representantes das comunidades indígenas e das organizações não-governamentais fizeram o "quorum" da Comissão da Câmara, que teve apenas a presença de dois parlamentares: Zaire Rezende (PMDB-MG), presidente da Comissão, e da Deputada Rita Camata (PMDB-ES).